

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX**

**ANALISE DA SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
NO BRASILEIRO NOS ANOS 1990 À LUZ DE SEUS
PROBLEMAS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA**

ELEN PEREIRA DE OLIVEIRA

Três Rios, RJ

2015
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS -
DCEEX

**ANALISE DA SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
NO BRASILEIRO NOS ANOS 1990 À LUZ DE SEUS
PROBLEMAS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA**

ELEN PEREIRA DE OLIVEIRA

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da UFRRJ – Instituto de Três Rios.

Orientador: Sebastião Ferreira da Cunha

Três Rios, RJ

2015
ELEN PEREIRA DE OLIVEIRA

**ANALISE DA SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
NO BRASILEIRO NOS ANOS 1990 À LUZ DE SEUS
PROBLEMAS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Orientador – Sebastião Ferreira da Cunha

Prof. Fernando Henrique Lemos Rodrigues

Prof. Paulo José Saraiva

Três Rios, 02 de julho de 2015

Dedicatória

“Dedico este trabalho a Deus que está presente iluminando todos os meus passos, ao meu Professor Sebastião que sempre me incentivou com muita paciência e sabedoria, e ao meu esposo, Fabiano, que desde o início foi sempre a segurança que às vezes me faltava.”

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Taxa de participação na atividade econômica segundo sexo e idade. Brasil 1989 - 1999.....pag.30
- Tabela 2 – Evolução da PEA, da Ocupação e do Desemprego. Brasil 1989 - 1999.....pag.32
- Tabela 3 – Taxa de desemprego segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.....pag.33
- Tabela 4 – Composição da ocupação não agrícola segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.....pag.34
- Tabela 5 – Composição da ocupação não agrícola segundo sexo e idade. Brasil 1992 e 1999.....pag.37
- Tabela 6 – Grau de formalização do trabalho e composição setorial da ocupação não agrícola. Brasil 1989 - 1999.....pag.40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 RESGATE HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO	5
2 A CONSTRUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	11
2.1 DA FRAGMENTAÇÃO REGIONAL À NACIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO (1189-1930).....	18
2.2 A EXPANSÃO INDUSTRIAL E O MERCADO DE TRABALHO	23
3 A ESTRUTURA OCUPACIONAL NO BRASIL DOS ANOS 90	26
3.1 PERFIL DA PEA NA DÉCADA DE 90	28
3.2 ABSORÇÃO DA PEA	30
3.3 ESTRUTURA SETORIAL DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRICOLAS	35
3.4 ESTRUTURA DE POSIÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO AGRICOLAS	39
.	
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

Introdução

Existe, entre uma parcela considerável de economistas, acadêmicos ou não, a compreensão de que os anos 90 são referência de como as políticas econômicas devem ser conduzidas de forma adequada, principalmente após a adoção do Plano Real, em suas linhas mais gerais de implementação e de condução. Nesta crença existe um grau considerável de referência às bases conceituais sistematizadas a partir da chamada teoria neoclássica.

Um dos aspectos que chama bastante a atenção foi a tentativa de desregulamentação de leis trabalhistas com a intenção de dar mais flexibilidade nas condições de contratação, demissão e uso da força de trabalho. O objetivo, estampado aos quatro ventos, era fazer com que o mercado de trabalho brasileiro se tornasse mais vigoroso, medido em termos de aumento da competição e competitividade e da redução da taxa de desemprego, mesmo que esta pudesse crescer em um primeiro momento.

A argumentação geral era de que aquele mercado, concebido como outro qualquer, aos moldes do trato dado pela neoclássica, era engessado, em grande parte, por excesso de regulamentação. Assim, ao dar mais liberdade às forças de mercado – idealizado, diga-se de passagem –, teríamos condições mais realistas.

Segundo a teoria neoclássica, de caráter microeconômico, o fator trabalho, é ofertado pelos trabalhadores em geral e demandado pelas empresas em circunstâncias de concorrência perfeita. De outro lado, considera-se que a demanda por trabalho resulta da função de produção e que, considerando tecnologia e capital constante, o volume produzido depende do quanto cada unidade de trabalho acrescenta à produção total. O lucro das empresas, demonstrado nesse modelo, é obtido pela igualdade entre o custo

marginal e a receita marginal, sendo o custo marginal representado pelo salário monetário dividido pelo produto marginal do trabalho, ou seja, em unidades do produto.

A firma irá buscar a quantidade de mão de obra ao qual o produto marginal sustente o equilíbrio do salário real, e dessa forma a curva de produtividade marginal equivale à função de demanda por trabalho. A função de produção é decrescente a partir de determinado ponto, lembrando que somente um fator está sofrendo alteração e o outro é fixo, podemos estabelecer relação oposta entre demanda por mão de obra e salário real.

Com o olhar nos trabalhadores, agentes econômicos, detentores da mão de obra, e que maximizam também suas utilidades, podemos dizer que ele escolhe entre o lazer e a possibilidade de adquirir bens e serviços com sua remuneração. Então, o trabalhador é um agente que maximiza sua satisfação e divide seu tempo entre lazer e trabalho.

Neste caso, o formato da curva representa a desutilidade marginal do trabalho, onde o trabalhador só vai trocar o tempo destinado ao lazer se a remuneração for crescente, nessas horas adicionais de trabalho. Em outras palavras, para que seja ampliado o nível de satisfação dos trabalhadores, e estes disponibilizem mais trabalho para o mercado, será essencial que o salário real aumente. Caso contrário, o trabalhador não irá sacrificar seu momento de lazer.

Por esta perspectiva teórica, a remuneração de cada fator de produção está intimamente ligada à contribuição de cada um no processo produtivo e, portanto, tanto o salário quanto o volume de emprego – e, portanto, de desemprego – na economia depende, fundamentalmente, de escolhas do próprio trabalhador, entre mais ou menos lazer e mais ou menos trabalho.

Como dissemos anteriormente, grande parte das análises que deram sustentação às políticas direcionadas para o mercado de trabalho no Brasil dos anos 90 tinha

sustentação, em maior ou menor grau, no aporte teórico citado. E, como veremos no capítulo III, ao aplicar políticas econômicas desse matiz, a promessa de redução da taxa de desemprego não se concretizou ao longo daquela década.

Esta monografia não se utiliza da referida matriz teórica. Nossa análise busca identificar os elementos centrais que ajudaram a conformar, historicamente, a estrutura do mercado de trabalho brasileiro para, assim, identificar seu comportamento na década de 90, período em que ocorreu, de acordo com Baltar (2006), um estreitamento desse mercado, caracterizado por baixos rendimentos, alta rotatividade e, presença constante e significativa da informalidade.

No primeiro capítulo tratamos do início da escravidão em nosso país e retratamos o período não capitalista onde a sociedade colonial tinha seu embasamento no trabalho escravo. Mostramos também que se tratava de uma economia dependente do mercado internacional e que era uma sociedade marcada por profunda desigualdade e enorme concentração de renda.

O segundo capítulo aborda a transição do trabalho escravo para o “trabalho livre”. Aqui procuramos reproduzir a construção do mercado de trabalho, no período de 1850 a 1888, as diferenças regionais e o comportamento do Estado durante a transição.

Nos aprofundamos na análise da utilização de imigrantes como a melhor e mais usada alternativa para a substituição do trabalho escravo. O Estado participa e incentiva a utilização dessa mão de obra, mas tem seu final com a grande depressão de 1929.

Em seguida temos um estudo da expansão do mercado de trabalho e como se deu a absorção dos trabalhadores brasileiros no setor industrial. Mostramos que da forma que foi construído o nosso mercado de trabalho, a grande massa de trabalhadores só conseguiam ocupar funções inferiores.

No capítulo três analisaremos o comportamento do mercado de trabalho brasileiro na década de 90, considerando o perfil da PEA, alterações em sua composição e uma análise do seu crescimento no mesmo período. Por último apresentaremos nossas conclusões finais.

CAPITULO 1 - Resgate Histórico da Escravidão

Iniciamos este trabalho com um resgate histórico da escravidão em nosso país, mostrando as características de uma sociedade colonial baseada no trabalho escravo e como a interpretação do comportamento do mercado de trabalho brasileiro na atualidade precisa levar em consideração os condicionantes de sua formação estrutural¹.

No século XVIII cerca de 6 milhões de escravos chegavam às Américas, por causa da implantação da “escravidão sistêmica” das colônias britânicas e francesas no Caribe (BARBOSA: 2008). No Brasil o capital comercial se concretizou através das colônias de exploração. A necessidade de mão de obra abundante encontrou no trabalho escravo africano uma solução permanente.

O alicerce da economia e da sociedade do Brasil Colonial foi o trabalho escravo. Como o sistema de colônia tinha sua base tão e simplesmente no envio de mercadorias da periferia para o centro, foi essa a principal característica que impediu a formação de um verdadeiro mercado de trabalho na colônia. Também inibiu ou até mesmo anulou o papel e a formação de uma burguesia nativa. Dessa forma fez-se de um lado uma sociedade dependente das oscilações da economia internacional e do outro, a desigualdade social e a concentração de renda.

Enquanto nas colônias o trabalho não livre crescia de diversas formas, como a escravidão no Brasil, no sul dos Estados Unidos e Antilhas e também como o trabalho forçado na América Hispânica e Europa Oriental, em outros lugares como a Europa

¹ O trabalho de Barbosa (2008) é a referência principal para elaboração deste capítulo.

Ocidental o trabalho livre e assalariado expandia cada vez mais. Isso financiado pelos capitais vindos das colônias. Como resumiu Octavio Ianni², o escravo americano estava ajudando a formar o operário europeu.

O atraso da periferia em relação às economias centrais dava-se pela forma das transações comerciais entre esses dois blocos. Os países centrais contribuíam para aumentar a diferença entre eles, importando produtos agrícolas, e vendendo fundamentalmente as manufaturas e produtos industrializados. Como os produtos industrializados têm mais valor agregado, as trocas acentuavam a desigualdade.

A participação do Brasil no tráfico de negros africanos foi muito significativa. Os responsáveis pelo tráfico em sua maioria ficavam aqui no Brasil, em cidades estratégicas, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Os traficantes brasileiros eram reconhecidos com empresários de sucesso e contavam com uma rede de interesses e amizades de fornecedores em vários países. Até 1831 estiveram entre os homens mais ricos do Império, com ligações a Corte, além de contar com a conivência da política e das autoridades locais.

O escravo era uma mercadoria barata e muito rentável, porque além de ser uma fonte de trabalho, desempenhava adicionalmente o papel de fonte de capital. A diferença entre seu valor de compra na África e de venda no Brasil, explicava a alta lucratividade desse comércio.

O tráfico transportava negros e negras adolescentes, porque dessa forma economizava espaço nos porões das embarcações, que vinham lotados do outro lado do oceano. Chegando aqui, eram armazenados em depósitos para que se recuperassem da

² Citado em Barbosa (2008).

viagem e logo depois eram vendidos nos mercados que se espalhavam por toda a costa brasileira.

O interesse dos traficantes negreiros associado aos de seus compradores, fazia com que o preço dos escravos se sustentasse a um patamar mínimo. Os preços dessa forma se elevavam em época de prosperidade e se mantinham no valor mínimo em época de crise. Os traficantes ou mercadores em alguns momentos faziam o papel de bancos, concedendo a expansão do crédito. Em alguns casos, esse crédito tornara-se dívidas pesadas, que para ser quitada se transferia a propriedade do fazendeiro para os mercadores.

Aqui no Brasil, a escravidão predominava nas escalas de produção e na estrutura socioeconômica com um todo. Em muitas regiões brasileiras verificava-se a produção de diversas culturas, como açúcar, também conhecido como ouro branco, fumo, charque e outras mais. Apenas um fator as padronizava: o trabalho escravo.

Nossa economia era voltada para o consumo interno, podemos dizer que era quase fechada, com uma importante participação dos escravos em relação à população. Aqui se desenvolveu um equilíbrio entre produção mercantil e de subsistência, com base no trabalho escravo. Alimentos como mandioca, milho, feijão, charque e carne de porco eram produzidos na própria colônia, dando vazão ao surgimento de uma economia mercantil de subsistência baseada no trabalho escravo.

Deu-se então o aparecimento de uma rede intracolonial porque a demanda européia era irregular e a oferta elástica de mão de obra escrava. Um capital comercial nacional se formou nos poros da colônia proveniente do comércio de mulas, do capital usurário urbano e do tráfico de escravos e também pelo pagamento de trabalhadores

especializados e pelo trabalho indígena. Esse último era conhecido como escravo dos pobres. Existia uma retenção de dinheiro na colônia, demonstrando certa autonomia diante da irregularidade do mercado internacional.

É possível observar uma diversificação e até mesmo uma especialização das funções exercidas pela mão de obra escrava. Mas com a formação de um sistema que prioriza a acumulação de riqueza ao invés do capital, ficou inviabilizada a formação de um mercado de trabalho. Porque só podemos considerar a sua existência quando um trabalhador vende a sua força de trabalho.

O tráfico não gera mercado de trabalho, mas produzia valor para uma rede mundial e também dentro da própria colônia. Formava-se então um paradoxo: produção estruturada na mão de obra escrava, mas voltada para um mercado mundial com base no trabalho livre (BARBOSA: 2008).

Aqui no Brasil, a relação entre escravos e senhores era mediada por violência e favores pessoais, não pelo mercado. Atividades mais qualificadas eram terceirizadas. Os escravos eram máquinas que realizavam trabalho bruto.

O chamado Pacto Colonial, onde a metrópole tinha exclusividade comercial com suas colônias, associado à mão de obra escrava e a não formação de um mercado de trabalho impedia um progresso técnico.

A colônia tinha o papel de produzir riquezas para a sua metrópole. Nossa economia era voltada somente para abastecer o mercado externo, então nossa riqueza retornou as economias centrais, enriquecendo aos colonizadores e alguns comerciantes. E dessa forma o escravismo preparou o terreno para o capitalismo.

A formação social escravista trata-se de uma organização contra o trabalho, ou seja, contra a possibilidade de intensificar a produção. Até porque para que aconteça

qualquer aumento na produção será necessário o aumento da quantidade de escravos, e isso gera também aumento nos custos.

O Brasil colonial era uma sociedade escravista, onde o status social era medido pela quantidade de escravos que cada família possuía. Era uma característica tão forte em nossa sociedade, que muitos escravos depois de conquistar a liberdade, adquiriam escravos para obter ascensão social.

Para os escravos restava a fuga, o suicídio ou as insurreições, já que não possuíam a propriedade de sua força de trabalho. Os escravos tinham família e grupos, onde eram feitas as práticas religiosas de sua cultura e festas, tornando-os sujeitos políticos.

Saindo da lógica da estrutura escravista, alguns escravos, geralmente os que ficavam nas casas dos senhores, obtinham alguns privilégios: como permissão para plantar seus alimentos e noites livres para a realização de “bicos”. Essa prática acabou reduzindo o custo da manutenção dos escravos e permitiu a própria reprodução do sistema escravista.

A sociedade tinha então a seguinte divisão: o grande setor de mão de obra, formado pelos escravos, mas que estava integrado a estrutura social. Os homens livres ou “massa popular” que amargavam a falta de ocupação nesse tipo de estrutura. Para essa parcela da população restavam poucas tarefas rurais, como feitor e mestre de engenho. As funções públicas somente os brancos podiam cumprir. As elites coloniais eram compostas pelos proprietários de terra, escravos e comerciantes e também o patriciado burocrático composto pelo civil, militar e eclesiástico. Na estrutura social também existia alguns trabalhos de caráter secundário como cabeleireiros, modistas, os mestres de dança e professores de língua.

E abaixo dessa estrutura ainda encontrava-se o “povo nobre” e o “povo mecânico”. O primeiro possuía escravos e não andavam descalços, eram os professores, parteiras e pequenos burocratas. Já os últimos tratavam-se dos mais simples e sem classificação ou definição dentro do próprio sistema.

O cenário começa a mudar quando em meados do século XIX, inicia-se a expansão no campo de algumas “classes liberais”, como médicos, professores e advogados. A ascensão do café leva a inserção da economia brasileira em uma nova divisão internacional do trabalho.

CAPITULO 2 - A Construção do Mercado de Trabalho no Brasil

Busca-se nesse capítulo sintetizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. O Estado estará presente, regulando a transição, promulgando leis, desestimulando o trabalho escravo e criando um trabalho voltado para o capital³.

A Lei Eusébio de Queirós, que fora introduzida na Câmara dos Deputados no ano de 1837, enfim é promulgada em 04 de Setembro de 1850, proibindo efetivamente o tráfico de escravos. A falta de mão de obra não vinha a ser um problema imediato, porque os fazendeiros tinham ainda um estoque muito alto de escravos em sua propriedade. Vinte anos depois, devido à expansão cafeeira, surgiria o impasse: como abastecer a lavoura com trabalhadores livres?

Uma maneira encontrada para solucionar a falta de braços foi o comércio interno de escravos. Essa migração teve seu ápice no ano de 1870, e transferiu muitos escravos do Nordeste para o Extremo Sul e Sudeste do Brasil, repetindo o método do tráfico africano. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a chamada zona cafeeira, teve nos anos de 1890 seus maiores índices de mão de obra escrava. Essa prática gerou dilemas políticos e deu início a cobrança de impostos para entrada de escravos nas províncias da zona cafeeira. Em 1881, o comércio interno de escravos estava no final e foi proibido de forma definitiva em 1885 com a Lei Saraiva – Cotegipe.

Baseado na produção de pequena propriedade formou-se os chamados núcleos colonias, inicialmente não se expandiu por falta de incentivos do governo. Mas em 1850, o governo do Rio Grande do Sul, criou facilidades de financiamento para

³ O trabalho de Barbosa (2008) é a referência principal para elaboração deste capítulo.

aquisição de pequenas propriedades de terras. O Extremo Sul foi transformado social e demograficamente pelos núcleos colonias. Em 1872 mais de 10% da força de trabalho, dessa região, era composta por imigrantes. Em São Paulo esse tipo de atividade não deu muito certo, predominando o regime de parceria (BARBOSA: 2008).

Os chamados “parceiros” tinham contratos assinados, e iriam trabalhar para grandes agricultores. Enquanto os imigrantes faziam o cultivo e colheita do café, os escravos cativos se encarregavam do preparo da terra. O sistema de parceria era muito rentável para os fazendeiros, porque apesar de arcarem com os custos do transporte e da manutenção dos colonos, tinham todas as despesas pagas com juros. Além de 50% do lucro do café colhido (BARBOSA: 2008).

A prática da parceria onerava os próprios colonos para a expansão de sua oferta de trabalho, devido à inexistência de um mercado de trabalho. O colono endividado não tinha estímulo para produção do café, concentrando-se em outros cultivos para a sua subsistência, e afetando a produção voltada para a exportação. Mas era um regime baseado na coação, restrição à liberdade e até castigos físicos. Os contratos eram manipulados pelos fazendeiros. Não estavam dadas as condições para a formação de um mercado de trabalho que permitisse a mobilidade do trabalhador (BARBOSA: 2008).

O final desse regime de trabalho livre deu-se devido à incapacidade dos fazendeiros estabelecerem uma relação com imigrantes no que estava previsto em contrato, visto que a mão de obra era considerada pela maioria como custo. Os colonos por sua vez, buscaram ajuda com os governantes de seus países. Entre 1856 e 1857 se revoltaram e solicitaram a elaboração de novas formas de exploração do trabalho.

No ano de 1870 a mão de obra escrava ainda era muito utilizada em São Paulo, chegava a mais de 21,60% contra somente 2,5% de mão de obra de imigrantes. Já no Rio Grande do Sul, existia o emprego de mão de obra de escravos, mas a diferença entre

eles e os imigrantes não era tão marcante: 18,7% de escravos contra 12,2% de imigrantes. A Lei do Ventre Livre, de 1871, reduz um pouco essa prática em nosso país. Os filhos de escravos nascidos após a aprovação dessa lei tornam-se livres. Até os 8 anos de idade, devem ser criados e educados pelos seus donos que depois podem vendê-los ou utilizar seus serviços até que completem 21 anos.

Como a parceria não se estabeleceu com força em nosso país, por motivos já expostos, os contratos de trabalhos, passaram a ser feitos de outra forma. Os “contratos de ajuste” onde os trabalhadores recebiam quantia fixa por alqueire entregue ao fazendeiro. Outra forma foi o regime de colonato, que além do pagamento por alqueire, o trabalhador recebia um “salário mínimo fixo” por cada mil pés tratados (BARBOSA: 2008).

Havia um grande exército de reserva dos trabalhadores nacionais, que se encontrava em estado de inatividade. Só que ao mesmo tempo não existia lei ou política de incentivo para que esses trabalhadores transformassem o cultivo de subsistência em fator produtivo. E que ainda atendesse as expectativas dos fazendeiros na estabilidade do trabalho e baixo custo de mão de obra. No Brasil, a plena proletarização do componente nacional dependeria da extinção ao acesso dos meios de subsistência e do surgimento de novos setores, sem tradição escrava.

Com a modernização da produção do café, houve uma diminuição da quantidade de mão de obra utilizada e também do capital empregado, devido ao maquinário para beneficiamento dos grãos. Somados às inovações de transporte e comercialização, foi se aprimorando o desenvolvimento de outras formas de trabalho livre nacional e imigrante. A mão de obra escrava se concentrava nas atividades rurais, até porque nas cidades as campanhas abolicionistas estavam em alta. Os imigrantes já faziam tarefas mais especializadas. Nota-se um excedente de mão de obra livre no Nordeste.

Dois fatores foram essenciais para o final da exploração da mão de obra escrava: o primeiro é a alta mortalidade dos escravos; o segundo a fuga para os quilombos que passam a ter apoio dos políticos abolicionistas.

No oeste paulista se desenvolveu a solução da falta de braços para a produção de café em expansão, a imigração subvencionada. No ano de 1881 o governo custeava 50% do transporte de imigrantes, e apenas quatro anos mais tarde, financiavam integralmente a passagem dos trabalhadores imigrantes que destinassem somente á produção rural. Geralmente o trabalhador que desembarcava aqui no Brasil não tinha muita instrução ou eram desempregados. Mas ele já detinha a força de trabalho, mesmo não sabendo os termos do contrato. O agenciador sempre prosperava, porque de um lado existia um mercado com escassez de mão de obra e de outro uma imensa população ignorante das condições de trabalho (BARBOSA: 2008).

A Lei dos Sexagenários, em 1885 também contribuiu para a libertação dos escravos, a partir dessa lei, os escravos com mais de sessenta anos seriam libertados, devendo prestar serviços aos seus proprietários por três anos ou pagar a quantia de 100 mil réis. A lei aplica-se de forma sumária aos maiores de sessenta e cinco anos. Dessa forma o mercado de trabalho em formação seria abastecido por todos os lados, os libertos pelas leis do governo e pelos imigrantes que eram cada vez mais estimulados a trabalhar aqui no Brasil.

Para que todas as formas de relação de trabalho estivessem regulamentadas, em 1879 a assinatura da Lei de Locação de Serviços tem o objetivo de atrair os imigrantes, sem tirar o poder dos empregadores. Tenta conter a mobilidade de colonos imigrantes, sob pena de prisão. Mas estabelece regras para o colono que quer negociar outro contrato de trabalho em até 1 mês de estadia, podendo este mudar para o outro contrato negociado desde que pague as dívidas. E também dá alguma garantia para o colono,

porque caso o fazendeiro atrase o salário por até três meses ou não pague o que foi estipulado no contrato, este pode ser anulado.

O mercado de trabalho brasileiro foi construído respeitando as diferenças regionais. Observa-se um Sudeste dinâmico formado pelo oeste paulista e pela capital São Paulo. E paralelo, mas de forma estagnada o Vale do Paraíba, a zona da Mata Mineira, Rio de Janeiro, Nordeste e Extremo Sul.

O dinamismo do oeste e da capital paulista deve-se a substituição de trabalho escravo pelos imigrantes europeus, incentivados pelo Estado desde a metade da década de 1880. Como já destacado, os imigrantes monopolizaram as tarefas mais especializadas na economia e na sociedade, deixando para os trabalhadores nacionais livres as piores e mal remuneradas tarefas.

Diferente das regiões dinâmicas, no sudeste estagnado, a transição da mão de obra foi feita sem a presença do Estado. Foi utilizada a mão de obra de trabalhadores libertos e de trabalhadores nacionais. No Vale do Paraíba a situação era bem diferente, porque os escravos correspondiam muitas das vezes, à totalidade do patrimônio dos fazendeiros dessa região. Como a produção não era tão rentável, a transição para o trabalho livre foi mais difícil. Os salários eram baixos, então os trabalhadores preferiam vender sua força de trabalho em regiões mais dinâmicas.

Na zona da Mata Mineira o problema não era a falta de trabalhadores, mas a falta de um setor agropecuário em constante expansão. O pagamento de salários não conseguia se firmar enquanto existia uma estável oferta de trabalho. Prevalecendo os meeiros e somente na colheita utilizava-se a mão de obra de imigrantes temporários, que geralmente vinha do Nordeste para complementar a força de trabalho existente.

Apesar da transição para o mercado de trabalho no Nordeste ter iniciado por volta dos anos de 1850, só terminou nas primeiras décadas do século XX. Uma

característica marcante dessa região foi o emprego dos escravos libertos e dos trabalhadores livres nas épocas de colheitas.

A produção açucareira não se modernizou, e contava com abundante força de trabalho, levando os salários para patamares muito baixos. O poder de controlar a terra ficava nas mãos de alguns grupos de fazendeiros. Eles exerciam seu direito a terra, pagando salários muito baixos aos trabalhadores, que por sua vez poderiam ser expulsos caso não aceitassem essas condições.

A opção por uma transição lenta do regime de escravidão para o trabalho livre não se deu de forma consciente por parte dos fazendeiros nordestinos. O histórico regional com a migração dos escravos para suprir a necessidade de outras regiões mais dinâmicas, a existência de imensa população e uma demanda de trabalho contida, coopera para que o controle sobre os trabalhadores livres permaneça com os fazendeiros.

O Extremo Sul foi o modelo baseado na pequena propriedade agrícola de subsistência, mas com o diferencial de ter uma regulação motivada pelo Estado. Os imigrantes desde o início atuavam como pequenos produtores rurais. Encontramos paralelamente os charqueadores e grandes proprietários de terra que devido à concorrência dos vizinhos de fronteira, ainda resistiam à transição para um mercado de trabalho livre. O mercado formou-se antes da escassez de mão de obra. Vejamos a cidade de Blumenau, que era uma economia de subsistência / artesanato e se modificou para uma economia de mercado / indústria.

A especialização de cada núcleo colonial originou a diversificação de culturas nas regiões sulinas: indústria de couro em São Leopoldo; indústria de fumo em Santa Cruz; indústrias de laticínios em Pomerode e de vinho em Caxias do Sul são citadas como exemplo.

Cresce a demanda por trabalho e também é visto um aumento em sua divisão. A mão de obra em geral é fornecida pelo pequeno produtor. Existiram na grandeza de nosso país vários padrões que combinaram a reorganização ou territorialização da força de trabalho com assalariamento nos anos após a abolição e antes da nacionalização do capital.

O mercado de trabalho ainda era muito pequeno em comparação ao volume de capital que só crescia com a expansão da produção cafeeira. Aos poucos eram introduzidos nesse mercado, os imigrantes, os trabalhadores livres e também os escravos.

Apesar das relações de trabalho não estivessem definidas pelos padrões capitalistas em pleno século XIX, o constante aumento de oferta de mão de obra a preços baixos atendia a expectativa dos fazendeiros que conseguiam manter altos lucros. O capital seguia transformando a relação da população com a terra, com os instrumentos de trabalho, e mais tarde com o consumo. Já eram relações produzidas pelo capital.

A expansão do trabalho fez com que muitas áreas ainda virgens fossem exploradas. Para os imigrantes trabalhar na produção do café era a única forma de se chegar ao sonho de conquistar a pequena propriedade. E como consequência da importação de mão de obra seria o progresso, porque o imigrante trazia seus costumes e sua cultura. Mas as relações internas estariam ligadas e dependentes ao tipo de capitalismo que então se consolidava.

A transição para o mercado de trabalho livre não fora feita de uma só vez, cortando a ligação com as práticas escravistas. Pelo contrário, levou consigo características do regime de escravidão. Dessa forma surgiu um mercado de trabalho regional, fragmentado e incompleto. A formação do mercado de trabalho no Brasil não foi um processo natural e necessitou da intervenção do Estado durante toda a transição.

Foi executada de forma autoritária e patriarcal pelos quase empregadores, e com presença massiva da herança da escravidão.

2.1 - Da Fragmentação regional à Nacionalização do mercado de trabalho (1189-1930).

O regime de colonato refletia a realidade nas relações de trabalho instauradas em algumas regiões onde o capitalismo se consolidava. Representa 75% da mão de obra utilizada nas fazendas de café nos anos de 1895 e 1930. Os direitos do colono sobre a terra eram somente os que estavam descritos em contrato, que em sua maioria eram contratos individuais e até mesmo verbais, e tinham duração de um ano. Os contratos podiam ser desfeitos, desde que fossem avisados com um mês de antecedência por ambas as partes.

O mercado rural paulista, na década de 1920, era dependente de variáveis exógenas, onde a oferta dependia do mercado internacional de trabalho e a demanda dos níveis de rentabilidade do café (BARBOSA: 2008).

Os colonos trabalhavam de sol a sol, com horários rígidos. Além disso, o colono imigrante era um quase camponês abastecendo o mercado urbano que se expandia, com o excedente de suas mercadorias para produção familiar. Mas existia um controle sobre as culturas de subsistência, porque seu plantio e colheita não podiam coincidir com o produto principal: o café. Ele não pode ser considerado como um trabalhador assalariado, mas é com esse regime que se percebe a crescente dominação do capital.

Se o operário se situa no mundo através do seu trabalho, e o camponês através do que produz, o colono aparecia como um quase operário, travestido de camponês, pois a subordinação ao capital, mesmo que indireta definia a sua existência social. A definição de Holloway⁴ reúne as muitas características do colono: “o colono era um assalariado, um lavrador de subsistência, um produtor e negociante de mercadorias agrícolas e também um consumidor, tudo ao mesmo tempo”. (BARBOSA, 2008)

Existia também para complementar a mão de obra empregada, os camaradas, que se diferenciavam dos imigrantes por não ter direito a lotes para subsistência. Geralmente seus contratos eram mensais e individuais. Suas tarefas incluíam o transporte interno do café, assim como a secagem e armazenamento. Faziam também a derrubada de matas virgens para plantio de novos cafezais.

Apesar de não ter direito ao lote para subsistência, os camaradas tinham acesso à moradia. Ficando assim caracterizado uma relação não capitalista no mercado de trabalho, que de certa forma desonerava o fazendeiro, fazendo com que o custo da mão de obra fosse mantido a valores muito baixos.

Desde 1888 a utilização de mão de obra imigrante aumentava devido à substituição do trabalho escravo. A lógica da expansão cafeeira, que abrangia o aumento da produção, mão de obra e transporte fez com que a força de trabalho utilizada nas fazendas triplicasse. Foi observado que no mesmo período a entrada de imigrantes se multiplicou por até oito vezes.

Para melhor entender a imigração, vamos dividir esse período em três ciclos: o primeiro de 1880 – 1897, o segundo de 1898 até 1913 e o ultimo de 1914 até 1928.

⁴ Citado em Barbosa (2008).

O primeiro ciclo tem por característica uma enorme oferta de trabalho, empurrando para baixo os níveis de salários. O estado de São Paulo foi a região mais dinâmica na produção do café, dessa maneira os imigrantes chegavam em grandes números a procura de trabalho. Eles chegaram a representar mais de 50% da população economicamente ativa dessa região no ano de 1890. Nesse ciclo o mercado de trabalho estava organizando a sua formação, o que explica os números tão altos de imigrantes, liderados pela colônia italiana, que chegou a somar 70% dos trabalhadores.

O segundo ciclo já é caracterizado pela intervenção do Estado no intuito de dominar o crescimento de novos cafezais. A intenção do governo era conter a expansão cafeeira evitando assim uma superprodução. Em 1902 o Decreto Prinetti proibiu subsídio de imigração para o Brasil, que só fora retomado em 1906 pelo governo federal. O café era o elemento que conduzia a economia, esse cenário de crise de oferta de trabalho só permaneceu até uma nova valorização de seu preço no mercado internacional, retomando assim os programas de imigração.

Os imigrantes passam a ser vistos de maneira diferente, sua mobilidade a procura de melhores salários e melhores condições de trabalho passa a ser questionada e mal vista. Por considerar que os imigrantes italianos fossem muito ambiciosos, foi feita a substituição por imigrantes portugueses e espanhóis, e depois até mesmo pelos japoneses. Mas o princípio do sistema mantinha-se intacto. Outro fator que passou a ser notado é que a mobilidade encarecia a mão de obra nas áreas velhas (BARBOSA: 2008).

Os colonos tinham interesse na posse dos lotes de terra para fazer as culturas de subsistência. Mas o plantio das culturas intercalares só era possível nos cafezais novos, reforçando o “nomadismo” e obrigando aos fazendeiros aumentar as vantagens, ou

relações não capitalistas, para diminuir a evasão das famílias e tentar atrair e até mesmo conter a mão de obra.

A flexibilidade dos salários minimizou os efeitos da crise impedindo uma queda proporcional dos lucros se relacionado ao preço do café. Ressaltamos as relações não capitalistas, como moradia e possibilidade de plantio de culturas de subsistência, em que o colono desenvolve uma renda não monetária. Além disso, o imigrante diversifica cada vez mais a produção abastecendo sua família e o mercado interno que continua sua expansão.

O motivo pelo qual o colono aceitava salários mais baixos são as vantagens descritas acima. Thomas Holloway estima que 70% da receita de uma família de colonos têm origem nas atividades secundárias ao café. E como a terra era um fator de extrema abundância, assegurava ao fazendeiro melhor negociação de baixos níveis salariais. E quando os fazendeiros tentavam serem mais rígidos, aplicando multas e devido às altas dívidas, atrasando os salários, os imigrantes transferiam-se para as zonas pioneiras.

O principal motivo que levou a redução da renda monetária do trabalho foi o papel que as relações de produção assumiram com o passar do tempo. São relações não capitalistas, mas sempre foram comandadas pelo capital. A expansão demográfica e a grande oferta de mão de obra são variáveis importantes que contribuíram para reprimir o aumento dos salários monetários nos momentos de auge da demanda.

Não verificamos nenhuma mudança nas relações trabalhistas devido a dificuldade dos fazendeiros e também do Estado em aceitar a estruturação de direitos trabalhistas e sociais no “local de trabalho”. Esse cenário tem alguma alteração nos anos de 1904 e 1906, quando o governo federal assina decretos assegurando o pagamento dos colonos em caso de falência do fazendeiro frente a outras dívidas (BARBOSA: 2008).

Em 1906 foi criada a Agencia Oficial de Colonização e Trabalho, que tem objetivo de inspecionar o cumprimento dos contratos de trabalho. Já em 1911, foi criado o Patronato Agrícola com o objetivo de resolver os conflitos trabalhistas existentes no campo.

Depois do ano de 1907 foi adotada a caderneta agrícola para registro dos contratos de trabalho. Nela eram descritas as condições de concessão de moradia e informações sobre pagamento e depois era oficialmente registrada na Agencia de Colonização. A partir dessa prática tornou-se mais fácil à fiscalização das relações de trabalho. O pagamento de salários tornou-se mensal e se o fazendeiro não cumprisse o acordado, não teria mais acesso à hospedaria.

O Estado faz o papel de fiscalizar e promover o funcionamento de cooperativas dos trabalhadores agrícolas, que tinham objetivo de garantir acesso à assistência medica e a educação primária, e também cobertura contra os acidentes de trabalho. Mas também tentava combater o aliciamento de colonos, impedindo assim o livre funcionamento do mercado de trabalho.

No terceiro ciclo, o regime de colonato ainda contou com uma inundação de oferta de mão de obra em 1920. O governo manteve o subsídio até o ano de 1927. Foi um período marcado pela migração de japoneses, que tiveram auxilio do governo japonês e se implantaram em regimes de pequenas propriedades voltadas para a produção agrícola que abastecia o mercado interno.

Só que a grande depressão de 1929 traz um desvio definitivo da utilização de mão de obra estrangeira no mercado brasileiro. A queda do café e do cambio juntos fazem com que haja uma redução da migração estrangeira.

2.2 - A Expansão industrial e o Mercado de trabalho

A relação entre os capitalistas e os quase assalariados no setor agrícola e a relação entre o capital promoviam a expansão e também o acesso aos fatores de produção nos cinquenta anos que seguiram após a abolição.

Além do capital comercial e financeiro, surge o capital industrial, que no início se concentrava em algumas regiões, mas depois soube aproveitar a demanda por matérias primas e também por bens de consumo para se expandir pelo país.

O setor cafeeiro tinha uma lucratividade extraordinária, com a acumulação financeira superando a acumulação produtiva e permitindo ao capitalista a diversificação de suas aplicações. Ao mesmo tempo havia uma iniciativa do governo para incentivar a produção industrial, como isenção de tarifas para máquinas e equipamentos, baixo custo de mão de obra e proteção cambial. Além da demanda por produtos de consumo. Dessa maneira são muitas variáveis que contribuíram para que o investimento industrial fosse uma excelente escolha.

Outro fator que contribuiu para a expansão industrial em nosso país foi a estrutura criada pelo café. A expansão cafeeira permitiu uma boa infra-estrutura para escoar a safra, no que diz respeito a estradas de ferro e portos, além do aumento de mercados para bens de consumo e também de produção. Até a década de 1930 podemos observar a existência de surtos industriais. Junto de algumas grandes indústrias existiam as pequenas fabricas e também as oficinas artesanais.

Os importadores exerciam um papel fundamental na implantação industrial: além deles financiarem o mercado, tinham conhecimento do mesmo. Mas dependiam de

que houvesse um aumento da rentabilidade industrial e a redução da capacidade de importar. Os industriais acabaram também agindo como comerciantes, devido ao papel de intermediário que os importadores exerciam no mercado. Criava-se uma falsa “inelasticidade da procura” (BARBOSA: 2008).

O capital externo sempre foi o alicerce da cultura e expansão cafeeira, já na indústria sua inserção foi apenas com a diversificação produtiva nos anos de 1920. A indústria de certa forma mostra utilidade ao capital do setor cafeeiro, porque este garante parte do custo da mão de obra nos momentos de declínio do café e também mantém a taxa de acumulação global.

O estado de São Paulo sempre se destacou das outras regiões do país. Existem vários motivos para essa dinâmica tanto na expansão cafeeira quanto na expansão industrial. O setor bancário não era tão dependente dos capitais externos. Nessa região existia também uma concentração dos mercados de fatores, trabalho e de capital. A própria infraestrutura com rede elétrica, sistema de ferrovias contribuiu para o dinamismo dessa região.

Depois da crise da virada do século, a indústria volta a apresentar crescimento, mas com características diferentes. Surgiram as primeiras indústrias nacionais e já conseguimos perceber o maior desempenho da indústria paulista frente até mesmo ao Rio de Janeiro, que ainda aparece como centro manufatureiro. Esse crescimento foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial.

Com a indústria mais aquecida depois do período de guerra, formou-se o mercado de trabalho onde os imigrantes ocupavam as funções mais específicas e com maior remuneração. Para os brasileiros sobravam postos no setor de serviços e tinham grande participação nos serviços domésticos. Era um mercado de trabalho pequeno se relacionado à população em idade ativa.

A especialização da mão de obra mostra-se rara e escassa motivando a transformação de apenas uma parcela da mão de obra em proletariado e ocasionando em mobilidade permanente a sobra dos trabalhadores que não são aproveitados nas atividades capitalistas. A existência de um numeroso exército de reserva faz com que o assalariamento seja visto como situação privilegiada no âmbito socioeconômico.

O mercado de trabalho incorpora aos poucos os trabalhadores brasileiros no setor industrial até os anos de 1940 e 1950, quando na hierarquia da fábrica os brasileiros ocupariam as posições de nível inferior e os escalões mais altos continuariam sendo ocupados pelos imigrantes e seus descendentes (BARBOSA: 2008).

CAPITULO 3 - A Estrutura Ocupacional no Brasil dos anos 90.

O objetivo desse capítulo é apresentar o desempenho global da economia brasileira na década de 1990, tentando entender o estreitamento do mercado de trabalho e sua relação com a transformação no papel do governo e com a abertura do comércio e das finanças, em nossa economia⁵.

Podemos notar que o processo de industrialização ocorreu em nosso país sem a presença do Estado sempre com o discurso de proteger os trabalhadores e fazer investimento no desenvolvimento social. Observamos que a ampliação do emprego originou uma distribuição de trabalho muito desigual, gerando uma grande concentração de renda. E que quando aconteceu a crise da dívida externa, da década de 1980, houve efeitos sobre o recém-formado mercado de trabalho brasileiro.

A década de 90 é marcada por um cenário econômico de pouco investimento e pequeno crescimento do produto. Esse comportamento da nossa economia foi estimulado pela redução do papel do Estado no desenvolvimento e pela liberalização do comércio e da entrada e saída de capitais no Brasil que resultou no estreitamento do mercado de trabalho.

As importações foram impulsionadas devido às tarifas mais baixas após a valorização da moeda nacional. Essas medidas fizeram com que a inflação diminuísse, mas apresentou à produção nacional um mercado muito competitivo: o internacional. Nossa moeda fora valorizada artificialmente pelo poder público do período de 1994 a 1999. As medidas governamentais para garantir a confiança dos credores externos só prejudicaram as contas públicas.

⁵ O trabalho de Baltar (2006) é a referência principal para elaboração desse capítulo.

A privatização do setor produtivo estatal não foi muito vantajosa, na verdade onerou ainda mais as contas públicas porque além de serem vendidas a preços baixos, o governo se responsabilizou pelo saneamento prévio de suas finanças. Mas foi justificada pelo governo que seria a melhor forma de desonerar o setor público das altas dívidas contraídas para sustentar essa máquina produtiva. Só que a forma que foi feita a privatização, com a venda do patrimônio público para liquidar a dívida, não formou grupos privados sólidos e capazes de integrar o mercado internacional (BALTAR: 2006).

O mercado de bens de consumo aumentou em meados da década de 90, devido à volta da venda a prazo, a diminuição da inflação e a queda de preço motivada pela entrada de nossa produção, de forma prematura e desestruturada, a competição internacional. Mas a indústria de transformação não conseguiu acompanhar o desenvolvimento dos bens de consumo. Muitas empresas estrangeiras ganharam mercado comprando indústrias nacionais.

Nossa indústria ficou muito atrasada em relação ao mercado mundial. A década de 90 significou a atualização de nosso sistema manufatureiro, envolvendo a atualização de produtos e processos. Sendo necessário à importação de máquinas e equipamentos e de componentes mais caros e de tecnologia mais sofisticadas.

Ao final da década de 1990 notamos que o PIB brasileiro aumentou cerca de 19,5% se relacionado com a década anterior. Notamos que esse crescimento não foi de forma uniforme durante todo o período. A recuperação do crescimento do PIB ocorreu na segunda metade da década, mais precisamente no período de 1994 até 1997. Obtendo um crescimento médio de 4% ao ano, nível baixo tratando-se de uma economia

subdesenvolvida. A dificuldade encontrada pelo governo foi conservar o crescimento do produto e ao mesmo tempo elevar a condição social de uma imensa massa populacional.

O produto da indústria de transformação não participa da evolução do PIB na década de 90. Dessa forma, a retomada do crescimento do PIB se dá nos segmentos da agricultura, construção civil e na prestação de serviços. Nosso mercado continua voltado para o abastecimento interno, isso é identificado pelo aumento das vendas domésticas frente às exportações.

Podemos notar um comportamento diferente entre a indústria de produtos não duráveis para a indústria de produtos duráveis. Foram feitos expressivos investimentos estrangeiros na produção de bens não duráveis de consumo. A comercialização desses produtos é menos dependente do mercado de crédito. Mas não conseguiu atingir o impacto no mercado interno pelos produtos duráveis de consumo.

O setor industrial manufatureiro conseguiu atender ao salto de consumo da década de 90, mas continuava voltado para abastecimento do mercado interno. O crescimento de nossa economia continuou dependente do mercado internacional e do balanço de pagamentos, sem a presença de um sistema interno produtivo capaz de abastecer as necessidades da população com cada vez menos importações e mais exportações.

3.1 - Perfil da PEA na década de 90.

A população economicamente ativa cresceu profundamente na década de 90. Isso significa que continua crescendo o número de pessoas em busca de ocupação remunerada. E para que o mercado consiga absorver essa população é necessário que a economia brasileira desenvolva novas oportunidades ocupacionais.

Houve também um movimento onde verificamos uma mudança de perfil de idade e sexo das pessoas que ingressam o mercado de trabalho. Sobre a idade, desde o início da década de 60 já é perceptível uma diminuição do crescimento da população total do país. As famílias tinham cada vez menor número de filhos e esses jovens tinham muita dificuldade de ingressar no mercado de trabalho. Um mercado que sempre absorveu uma parcela muito jovem de trabalhadores masculinos, se relacionada a outros países desenvolvidos. Esse evento pode ser associado ao baixo nível de escolaridade da população e também a alta rotatividade do trabalho.

A outra mudança observada é a consolidação da mulher nas atividades econômicas. Na década de 90 surgiu uma novidade na formação da PEA, que se deu com o aumento significativo da participação da população adulta, especialmente do sexo feminino. E por outro lado à diminuição da taxa de participação⁶ dos jovens, especialmente do sexo masculino. Como podemos verificar na Tabela 1, a participação da mulher no mercado de trabalho em 10 anos aumentou de 56 % para 58 %. Podemos verificar também que diminuiu a parcela de participação dos homens mais jovens, com idade inferior a 25 anos na taxa de participação da PEA, essa redução foi de 7% no período de 10 anos.

⁶ Taxa de participação = PEA/PIA.

Tabela 1

Taxas de participação na atividade econômica segundo sexo e idade.
Brasil 1989 -1999.

Idade	Homens		Mulheres		Total	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999
10-24	60,9	53,9	33,3	35,1	47,0	44,5
25-59	93,6	91,6	48,5	59,1	70,2	74,7
60+	45,5	42,5	11,3	12,4	27,1	25,9
Total	75,6	72,0	38,7	44,9	56,7	58,0

Fonte: IBGE: PNAD

É fato que a PEA obteve um crescimento substancial devido à consolidação da mulher adulta em atividades econômicas remuneradas, mas esse fato não aumentou proporcionalmente o número de famílias contendo mais do que uma fonte de renda, como observado nos anos 70 e 80.

Desde a década de 70 podemos notar uma mudança na estrutura da família brasileira que foi acompanhada por mudanças no perfil da população ativa nos anos 90. A mulher assumindo importante participação em atividades remuneradas contribuiu para uma redução no tamanho das famílias, entretanto aumentou a necessidade de renda monetária proporcionada.

Como podemos verificar na Tabela 1, a participação da mulher no mercado de trabalho em 10 anos aumentou de 56 % para 58 %. Podemos verificar também que diminuiu a parcela de participação dos homens mais jovens, com idade inferior a 25 anos na composição da PEA. Houve uma redução de 7% no período de 10 anos.

3.2 - Absorção da PEA.

No ano de 1992 foi feita uma reformulação no questionário da PNAD, onde houve um ganho na captação da busca de trabalho remunerado das mulheres, mas houve perda na comparação de tempo dos fatores que demonstram o estado do mercado de trabalho. Isso dificultou o acompanhamento dos efeitos sobre o mercado de trabalho após a recessão que se deu no início dos anos 90, causada principalmente por subestimar a ampliação da PEA e o número de desempregados.

Os dados sobre os desempregados nas PNADs anteriores ao ano de 1992, foram subenumerados, portanto o desemprego não teria aumentado tanto no período de 1989 a 1992. Podemos afirmar que em 1989 o desemprego atingia mais que 3% da população ativa, se considerar a procura de emprego de mulheres, que na pesquisa eram consideradas como inativas e não desempregadas.

Mas a grande novidade que pode ser observada após as mudanças na estrutura da economia, provocada principalmente pela forma que foi feita a liberalização, é a insuficiência do retrocesso do nível de desemprego, mesmo com a reativação da economia nos anos de 1993 até 1995. A ampliação da ocupação total só foi satisfatória para absorver o acréscimo da PEA, alterando muito pouco o número de desempregados. Podemos notar que entre 1992 e 1995 a PEA aumentou 6% mas a economia não conseguiu absorver o número de desempregados que chegou a atingir 4,7 milhões.

Mas mesmo depois do ano de 1995, onde a economia não registrou nenhuma queda significativa do seu nível de atividade, a taxa de desemprego continuou a aumentar. A tabela 2 mostra que a taxa de desemprego é de 6,7% no ano de 1995 e salta para 10,4% no ano de 1999. Esse movimento é a demonstração plena dos

resultados da reestruturação da economia brasileira sobre o mercado de trabalho, fundamentada na liberalização econômica e menor participação do Estado na regulação da economia, onde não foi possível a completa absorção da PEA, gerando crescimento do desemprego.

Tabela 2

Evolução da PEA, da Ocupação e do Desemprego. Brasil 1989 - 1999.

Ano	PEA		Variação		Ocupação		Variação		Desemprego	
	Milhões	Índice	Total	Anual	Milhões	Índice	Total	Anual	Milhões	Taxa
1989	60,0	100,0	-	-	58,2	100,0	-	-	1,8	3,0
1992	65,9	109,8	9,8	3,2	61,2	105,1	5,1	1,7	4,7	7,2
1995	70,0	116,7	6,2	2,0	65,3	112,3	6,8	2,2	4,6	6,7
1997	71,6	119,3	2,3	1,1	65,5	112,6	0,3	0,1	6,0	8,4
1999	75,4	125,7	5,4	2,6	67,6	116,1	3,1	1,5	7,8	10,4

Fonte: IBGE: PNAD

A PEA tem um crescimento anual de 2,0% ao ano, impulsionado pela permanência da mulher em atividades econômicas remuneradas que compensou a menor participação dos jovens. Já a ocupação total cresceu em torno de 1,4% ao ano, afetada pela forma que foi feita a liberalização econômica e pela lentidão ocorrida na ocupação agrícola.

O mercado de trabalho passou por uma reformulação em sua estrutura e paralelamente sofreu o crescimento da taxa de desemprego. Esse cenário refletiu no perfil dos desempregados, ou seja, os jovens de ambos os sexos e as mulheres tornaram-se os grupos mais expostos ao desemprego. Esse aumento no grupo dos jovens traduz a dificuldade encontrada por eles de ingressar no mercado de trabalho. Já as mulheres

ocupavam postos irregulares que não firmavam vínculo de emprego. Na segunda metade da década de 90 podemos observar que existe um crescimento generalizado da taxa de desemprego.

Na tabela 3 verificamos que entre os anos de 1992 e 1999 houve um crescimento da taxa de desemprego entre os homens com idade até 25 anos de 10% para 15% e que entre as mulheres jovens, essa taxa cresceu de ainda mais, de 15% para 23%, confirmando a dificuldade de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Tabela 3

Taxa de desemprego segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.

Idade	Homem			Mulher			Total		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999	1989	1992	1999
10-24	5,2	10,3	15,2	5,3	15,7	23,9	5,2	12,3	18,6
25-59	2,2	4,1	5,7	1,8	6,5	9,9	2,0	5,0	7,4
60+	0,6	1,6	3,5	-	1,7	2,7	0,5	1,7	3,3
Total	3,1	6,0	8,3	2,9	9,3	13,6	3,0	7,2	10,4

Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.

Se observarmos a proporção da população ativa que se encontra ocupada, ou seja, a taxa de ocupação, não se verifica alterações significativas em sua composição como as registradas com a taxa de desempregados. A tabela 4 comprova que a proporção da taxa de ocupação entre os homens adultos durante a década de 90 quase não sofreu variação, ficando quase inalterado durante o período. Na população feminina adulta nota-se uma variação um pouco maior, registrando no ano de 1999 uma taxa de ocupação de 27,5%.

Tabela 4

Composição da ocupação segundo sexo e idade. Brasil 1989, 1992 e 1999.

Idade	Homem			Mulher			Total		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999	1989	1992	1999
10-24	20,9	19,5	16,4	11,5	11,0	9,5	32,4	30,5	25,9
25-59	40,2	40,1	41,2	22,6	24,1	27,5	62,8	64,2	68,7
60+	3,7	3,9	3,9	1,1	1,4	1,5	4,8	5,3	5,4
Total	64,8	63,5	61,5	35,2	36,5	38,5	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD 1989, 1992 e 1999.

Então a aproximação dos sexos na composição da população ativa, ocasionada pela consolidação da mulher no mercado de trabalho e na diminuição da participação masculina, afetou mais o perfil dos desempregados do que os ocupados. Mostrando que a participação da mulher pode ter influenciado no aumento das ocupações irregulares.

Chegamos à conclusão que foi insuficiente o número de oportunidades de trabalho gerado na década de 90 para absorver a população ativa. As principais razões para esse cenário foi o aumento da taxa de desemprego, e o crescimento da população ativa que foi proporcionalmente menor do que o escasso aumento do PIB. O produto por ocupado nas atividades não agrícolas se manteve constante devido à compensação do aumento do produto por empregado na indústria com a queda do produto por ocupado nas atividades secundárias, como comércio e serviço, que foram os grandes responsáveis por absorver a população ativa da década de 90.

A indústria brasileira passou por um período de reestruturação e modernização, ficando mais eficiente e concedendo à população maior variedade de produtos. Levando a um salto no consumo principalmente de bens duráveis, só que o consumo não foi suficiente para que a economia brasileira crescesse de forma continuada, com capacidade de absorver o crescimento da população.

Nosso sistema industrial já tinha se modernizado desde a década de 80, mas foi interrompido pelo colapso do crédito internacional e ficou restrito às possibilidades

internas de nosso país. O poder público também era muito limitado para promover o desenvolvimento local, devido à crise da dívida externa. E o cenário mundial continuava a desenvolver tecnologia cada vez mais avançada e maior organização industrial. No início da década de 90, com a queda na produtividade houve um grande crescimento da taxa de desemprego.

A partir do ano de 1992 a indústria volta a ter maior produtividade, impulsionada pelo aumento da taxa de investimento no período de 1993 a 1997. Mas essa retomada se dá no momento de forte entrada de capitais internacionais após a liberalização da economia. A ausência do Estado colaborou para a desestruturação das cadeias de produção. Esse último movimento ainda foi acompanhado pela intensa redução de custos nas empresas, na forma de terceirização, subcontratação e também da privatização. Dessa forma o aumento na produtividade não foi capaz de absorver o crescimento da PEA e de recolocar o número de oportunidades disponíveis do início da década.

Os três setores mais atingidos pela liberalização econômica da década de 90 foram a indústria de transformação, a construção civil e a agricultura, setores vitais para produção de bens em geral. A alta taxa de desemprego nesses setores foi responsável pelo estreitamento do mercado de trabalho prejudicando a absorção da população ativa do país.

3.3 - Estrutura setorial das ocupações não agrícolas.

Desde a década de 70 é visível que a indústria de transformação vem diminuindo a sua participação na ocupação não agrícola. Ela deixa de ser o principal setor e é superada pela prestação de serviços, pelo comércio e pela participação das atividades sociais. Nos anos 90 a ocupação não agrícola diminuiu em vários setores, o único setor que registrou forte crescimento da ocupação foi o de serviços profissionais e de auxílio a atividade econômica, este último motivado pelas terceirizações ocorridas nesse período.

Se observarmos o conjunto houve um crescimento da ocupação não agrícola ao longo da década de 90, passou de 44,7 milhões em 1989 para 53,8 milhões em 1999. Esse crescimento condiz com o crescimento proporcional do PIB e da população urbana, que seguiu a atividade econômica. No período onde houve uma acentuada queda da atividade econômica (1989 – 1992) a ocupação não agrícola cresceu 3,6% nos três anos, com média de 1,2% ao ano. Já no período de retomada da atividade econômica (1993 – 1997) a ocupação agrícola cresceu 12,6%, com média de 2,4% ao ano. Após nova queda da atividade econômica (1997) a ocupação não agrícola cresceu 1,7% ao ano em média. Esse histórico mostra que o efeito da atividade econômica na criação de oportunidades de trabalho para a população ativa registra um crescimento da ocupação não agrícola somente após o ano de 1992.

A mudança mais significativa considerando a composição da ocupação não agrícola se deu com relação à idade da população. A participação das mulheres com 25 anos ou mais aumentou o peso na ocupação não agrícola, mas não afetou o peso dos homens dessa mesma faixa etária, que obteve até um tímido crescimento. Já a participação dos jovens de ambos os sexos diminuiu nesse período, demonstrando a

grande dificuldade encontrada por eles para serem inseridos no mercado de trabalho, extremamente achatado após a reestruturação econômica dos anos 90.

A década de 90 foi marcada pela permanência das pessoas em postos de trabalho, que em outros tempos, serviam-lhe apenas como ocupações transitórias, devido à falta de abertura de novas vagas e implicando na dificuldade de inserção dos mais jovens em atividades econômicas. O fato é que o crescimento da ocupação diminuiu drasticamente nesse período. Podemos perceber na Tabela 5 uma queda na taxa de ocupação dos mais jovens em ambos os sexos, em menor proporção nos adultos.

Tabela 5

Composição da ocupação não agrícola segundo sexo e idade.
Brasil 1992 e 1999.

Idade	Homens		Mulheres		Total	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
menos de 25	16,4	14,1	11,9	10,3	28,3	24,4
25 a 55 anos	38,8	39,2	26,7	29,6	65,4	68,8
56 ou mais	4,2	4,5	2,1	2,3	6,3	6,8
Total	59,3	57,8	40,7	42,2	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD 1992 e 1999.

O setor da construção civil foi fortemente afetado pela crise dos anos 80, deixando de ser a porta de entrada de muitos migrantes nas grandes metrópoles. Já na década de 90 com a queda significativa das oportunidades ocupacionais urbanas aconteceu uma mudança na composição etária da construção civil, elevando o peso dos adultos e diminuindo a participação dos jovens. A população urbana mostrou um crescimento menor colaborando para que a atividade de construção não fosse capaz de gerar postos de trabalho para manter os adultos ocupados e inserir os jovens simultaneamente.

Na década de 70 as grandes indústrias apresentavam alta rotatividade e baixos salários como características marcantes do trabalho. O movimento sindical contribuiu para que ao final da década de 80, a rotatividade do trabalho não fosse tão elevada. A drástica redução do emprego na década de 90 ocorre acompanhada do aumento dos requisitos de escolaridade exigidos até para as funções mais simples. Essa mudança aconteceu num cenário muito desfavorável para os trabalhadores.

É importante entender que o mercado de trabalho brasileiro do passado absorvia um grande número de jovens, não só pela baixa escolaridade dessa parcela da população. Mas também devido ao crescimento do emprego e da alta rotatividade da mão de obra levando a constante renovação dos trabalhadores de inúmeros setores da economia que aliados a baixos salários definiam o regime de trabalho predatório imposto pelo capitalismo brasileiro.

A redução de espaço para a entrada de jovens no mercado de trabalho se dá pelo menor crescimento da ocupação. Não existe relação com a menor rotatividade. Quando há alta rotatividade, existe também uma constante renovação dos trabalhadores. E essa renovação só é positiva para absorção dos jovens quando os trabalhadores abandonam o setor ao qual pertencem em busca de outro tipo de trabalho permitindo o ingresso dos jovens na atividade econômica. Como não aconteciam melhorias para que os adultos mudassem de função, eles simplesmente não deixavam seus postos, estreitando ainda mais os espaços para a entrada dos jovens no mercado.

No Brasil verifica-se um número muito alto da população ativa inserida no setor de serviços domésticos e domiciliares, atingindo 38,4% da taxa de ocupação não agrícola, no ano de 1999. Observamos que ao longo da década de 90 houve uma redução na ocupação da indústria de transformação e um crescimento da ocupação do

comércio e serviços domésticos. Essa alteração na composição estrutural da ocupação urbana foi uma consequência da desestruturação das atividades, modernização e terceirização que acompanharam a reestruturação econômica e financeira, a redução do papel do Estado feitos numa economia subdesenvolvida como a nossa.

3.4 - Estrutura de posição das ocupações não agrícolas

Alem da mudança na composição estrutural da ocupação no mercado de trabalho brasileiro, observamos um crescimento da informalidade do trabalho. Isso quer dizer que o emprego formal passou a década de 90 praticamente no mesmo nível, apesar do crescimento da ocupação não agrícola.

Para explicar esse movimento temos que levar em conta que um dos setores mais importantes da predominância do emprego formal, a indústria de transformação, foi atingido pela reestruturação econômica, restringindo as atividades e proporcionalmente a contratação. Setores que historicamente tem peso maior na ocupação sem o emprego formalizado ampliaram suas atividades.

A própria reestruturação da cadeia de produção levou a informalidade do mercado de trabalho. A substituição da produção local por produtos importados eliminou muitas oportunidades em diversos segmentos. Com a implementação de novas tecnologias a produtividade aumentou seguida da redução do emprego. E por último a terceirização, reduziu a quantidade de trabalhadores com vínculo formal.

No geral houve uma redução significativa na capacidade de originar postos de trabalhos formais na década de 90. Para que o grau de formalização diminua, não aconteceram apenas mudanças na composição setorial, mas também processos de informalização. Alguns setores que tem maior nível de formalização apresentaram queda da participação na ocupação não agrícola total. E por outro lado, o próprio nível de formalização diminuiu na grande parte dos setores da economia.

Podemos observar na Tabela 6 que o único setor que obteve ganho no nível de formalização, foi de serviços domiciliares. Setores importantes para a economia como de construção civil e indústria de transformação, tiveram significativas quedas em sua taxa de ocupação dos postos formalizados.

Tabela 6

Grau de formalização do trabalho e composição setorial da ocupação não agrícola.
Brasil 1989-1999.

Setor de Atividade	% Empregados com Carteira		Ocupação	
	1989	1999	1989	1999
Indústria de Transformação	72,5	62,9	20,7	15,3
Construção Civil	36,8	20,6	8,1	8,6
Outras Indústrias	74,8	74,4	2,0	1,5
Comércio de Mercadorias	40,6	33,7	16,0	17,6
Alojamento e Alimentação	29,1	27,4	4,3	4,7
Reparação e Manutenção	20,2	18,2	4,1	3,9
Serviços Pessoais	8,8	8,0	3,4	3,6
Serviços Domiciliares	50,9	67,0	2,1	2,6
Serviços de Lazer	42,7	33,3	0,6	0,8
Serv. Aux. Ativ. Econ.	51,7	38,9	4,1	5,2
Transporte	60,8	43,4	4,3	4,5
Comunicação	97,3	83,5	0,6	0,7
Saúde	73,8	72,1	3,0	3,6
Educação	79,9	75,0	6,3	7,0
Outras Atividades Sociais	62,4	62,1	2,0	1,9
Administração Pública	88,1	82,2	6,2	6,1
Outras Atividades	78,8	56,8	3,8	2,5
Serviço Doméstico	-	-	8,4	9,9
Total	51,9	42,7	100,0	100,0

Fonte: IBGE: PNAD 1989 e 1999.

O crescimento da informalidade mostra uma mudança na distribuição do emprego por conta do porte das empresas. As empresas de grande porte, que por sua vez

contratam mais trabalhadores com carteira assinada, apresentam uma queda na contratação. Já as empresas menores, registram um aumento na contratação de trabalhadores sem carteira. Essa tendência explica que a diminuição do emprego industrial formalizado de 6,7 milhões em 1989 para 5,4 milhões em 1997 não foi gerada somente pela eliminação das oportunidades disponíveis, mas também pela substituição dos empregados com carteira pelos sem carteira.

O setor da construção civil também foi afetado pela combinação do aumento da eliminação de empregos com carteira, da informalização e do aparecimento dos trabalhadores por conta própria. O segmento empresarial da construção civil já enfrentava crise desde o início dos anos 80 com a falência do Sistema Financeiro da Habitação. Com a paralisação das grandes obras, aumentou a contratação sem carteira, porque a atividade ficou voltada para manutenção ou pequenas construções. A participação de trabalhadores com carteira despencou, chegando a ser 20,7% do total e levando este setor de atividade não agrícola para o menor nível de formalização do trabalho.

O setor de atividades financeiras foi afetado pela eliminação de postos disponíveis. Em 1989, este setor empregava 1,3 milhões de pessoas e caiu para 762 mil em 1999. Essa queda não se explica nem pela terceirização ou mesmo pela informalidade, somente pelo cancelamento dos postos. Do mesmo modo o setor de finanças e imóveis foi atingido.

Os setores de extração mineral, serviços de utilidade pública e transporte também apresentaram redução do emprego formalizado. Nos dois primeiros setores, apresentaram queda de trabalho formalizado e não formalizado. Já no setor de transporte houve aumento da ocupação total, mas paralelamente houve a redução do

emprego formalizado. O nível de formalização do trabalho no setor de transporte passou de 60,8 % para 43,4%. Esses números mostram como o setor foi afetado pela informalização do trabalho e também pela invasão de pequenos empreendimentos nas margens do mercado de transporte.

Em linhas gerais os setores de indústria de transformação, atividades financeiras, imobiliárias, construção civil, extração mineral, serviços de utilidade pública e transporte apresentaram queda significativa do emprego formalizado na década de 90, que afetou 2,7 milhões de pessoas. Os outros setores não apresentaram queda de emprego formalizado nesse período.

O setor de comércio de mercadorias registrou crescimento do emprego formalizado na década de 90. Mas apesar da criação de mais de 300 mil empregos formalizados no comércio, o grau de formalização do trabalho desse setor diminuiu de 40,6% para 33,7%. Isso porque houve crescimento de outras formas de ocupação no setor que foram ainda maiores do que a criação do emprego com carteira. São os trabalhadores autônomos que estão inclusos em sua maioria em pequenos empreendimentos.

Não aconteceu mudança significativa na composição da ocupação no setor de comércio. O comércio ambulante aumentou de 19,4% para 22,7% seu peso no total da ocupação desse setor, e contribuiu para a maior participação dos empregados sem carteira. Podemos observar que o comportamento da queda da formalização do trabalho no setor de comércio está relacionado ao crescimento dos pequenos empreendimentos, que geralmente envolve toda a família em projetos autônomos e também a maior contratação de trabalhadores sem carteira pelas empresas.

O setor de lazer e serviços domiciliares apresentou aumento da ocupação nos anos 90. No primeiro, o número de empregados com carteira cresceu cerca de 2,2% ao ano, mas o grau de formalização diminuiu. O setor de serviços domiciliares registrou crescimento do grau de formalização, passando de 50,9% para 67,0%. Esses dados traduzem o crescimento de empresas especializadas em limpeza e segurança após a terceirização.

O trabalho por conta própria aumentou muito na década de 90. Os setores de comércio e construção civil foram os que mais utilizaram este tipo de contratação para absorver a PEA ameaçada pelo desemprego causado pela queda na atividade provocada pela recessão. A diminuição do emprego formalizado prejudicou a entrada de jovens e adultos no mercado de trabalho. O crescimento do trabalho autônomo beneficiou a entrada dos adultos no mercado, porque são necessários experiência e recursos reunidos para se estabelecer um projeto próprio.

A liberalização da economia estimulou a abertura do negócio próprio. Foi uma alternativa para a população adulta que perdeu seu emprego e não conseguiu reconquistar uma vaga no estreito mercado disponível. Só que foi insuficiente diante do constante crescimento da população ativa urbana.

Foi registrada uma queda da massa de rendimentos do trabalho sem redução do número de pessoas ocupadas, que rebaixou o rendimento de todos os trabalhadores, mas principalmente dos que tinham uma remuneração maior. Com a retomada da atividade econômica a partir de 1993, apresenta-se uma melhora nos rendimentos do trabalho. Esse crescimento é mais intenso nas extremidades da distribuição, 20% mais ricos e 20% mais pobres.

A reestruturação da economia brasileira, feita com a abertura comercial e financeira e menor participação do Estado, define uma redução das atividades produtivas, racionalização e modernização. Essa mudança levou a uma queda significativa do emprego, principalmente do emprego formalizado em setores importantes como indústria, construção civil, transportes e outros. Por outro lado, acionou processos de informalização do trabalho, diminuindo a taxa de ocupação não agrícola e modificando o perfil dos empregos formalizados. Paralelamente o uso de trabalho não formalizado continuou aumentando junto com o crescimento da população urbana e o modesto crescimento do PIB, absorvendo a população ativa. Além do relaxamento da aplicação das leis que regem o trabalho, contribuiu para a maior informalização que atingiu até mesmo áreas da administração pública. Destacamos nesse cenário o estreitamento do mercado de trabalho, com um pequeno crescimento do emprego total em atividades não agrícolas. Enfrentando também uma redução do trabalho assalariado agrícola.

CONCLUSÃO

Concluimos com nosso trabalho que as políticas econômicas praticadas pelo governo brasileiro na década de 90 não atingiram seu principal objetivo de trazer maior competitividade e reduzir a taxa de desemprego após a flexibilização das leis trabalhistas no mercado de trabalho.

Podemos observar, na verdade, que em alguns momentos houve um aumento da taxa de desemprego, causado incapacidade do mercado interno absorver o crescimento da PEA, que fora agravado pela dependência do mercado internacional e pela ineficiência do sistema produtivo interno abastecer a população, que após a estabilização da economia tendia para um aumento no consumo. Mostramos que aconteceu uma grande diminuição de vagas no setor industrial que não foi absorvida pelos setores de comércio e de serviços.

Outros fatores que contribuíram para o crescimento da informalidade foram: reestruturação da cadeia de produção, a substituição da produção local por produtos importados, novas tecnologias e terceirização.

Podemos citar como exemplo de setores com aumento da informalidade: construção civil (com a falência do Sistema Financeiro de Habitação, teve as grandes obras paralisadas e significativo aumento da contratação de trabalhadores sem carteira) atividades financeiras (eliminação de postos, emprego de novas tecnologias)

O trabalho por conta própria aumentou no período, estimulado pela liberalização econômica. Foi a única alternativa para população adulta que perdeu seu emprego, não conseguiu uma recolocação no mercado achatado existente. Só que esse tipo de trabalho não foi suficiente para absorver o crescimento da PEA.

E que devido ao histórico da construção de nosso mercado de trabalho, e apesar de todas as políticas econômicas implantadas pelo governo, o mercado de trabalho recém-formado tinha uma distribuição desigual, onde a grande maioria dos trabalhadores ocupavam vagas inferiores, gerando assim uma imensa concentração de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E.& ESTEVÃO, M. **A Teoria Econômica do Desemprego.**São Paulo: Hucitec, 1994.

BALTAR, P. E. **O Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 90.** Tese de livre-docência. Campinas: Unicamp, 2006.

BARBOSA, A. F. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2008.

NERY, P.F.F.A. **Resenha Teórica sobre o Desemprego Involuntário.** Recife: Economia e Desenvolvimento, 2012.